

INFORMECIDADÃO

Jornal Semanal da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - Ano 3 - Edição 96



**AL sugere
auxílio para o
MT Prev com a
Lei Kandir**



**Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso**

Mesa Diretora 2011/2014
(XVII Legislatura)

Romoaldo Júnior - (PMDB)
Presidente

Mauro Savi - (PR)
1º Secretário

Antonio Azambuja - (PP)
1º Vice-Presidente

Dilmar Dal'Bosco - (DEM)
2º Vice-Presidente

Luiz Marinho - (PTB)
2º Secretário

Airton Português - (PSD)
3º Secretário

Demais deputados
(XVII Legislatura)

Adalto de Freitas - (SDD)

Alexandre Cesar - (PT)

Baiano Filho - (PMDB)

Emanuel Pinheiro - (PR)

Ezequiel Fonseca - (PP)

Guilherme Maluf - (PSDB)

Hermínio J. Barreto - (PR)

José Riva - (PSD)

José Domingos Fraga - (PSD)

João Malheiros - (PR)

Luciane Bezerra - (PSS)

Ondanir Bortolini - Nininho - (PR)

Pedro Satélite - (PSD)

Sebastião Rezende - (PR)

Teté Bezerra - (PMDB)

Wagner Ramos - (PR)

Walter Rabello - (PSD)

Zeca Viana - (PDT)

Licenciado

Ademir Brunetto - (PT)

Secretarias da Assembleia Legislativa
de Mato Grosso

Luís Márcio Pommot
Secretaria Geral

Djalma Ermenegildo
Secretaria de Administração e
Patrimônio

Maurício Munhoz
Secretaria de Serviços Legislativos

José Evangelista dos Santos
Secretaria de Planejamento,
Orçamento e Finanças

Carlos Roberto Lourençon
Secretaria de Gestão de Pessoas

Anderson Flavio De Godoi
Procurador Geral

Fabio Monteiro
Ouvidor Geral

Osmar de Carvalho
Secretaria de Comunicação

Jornal Informe Cidadão

Márcia Andreola- (DRT 647/MT)
Coordenadora de Jornalismo

Álvaro Marinho - (MTb 6457/RS)
Editor

Fabício Rodrigues (DRT 446/MT)
Gerente de Fotografia

Andrey Romeu
Direção de Arte

Índia Nara
Diagramação

Editorial

Informe Cidadão traz nesta edição matérias sobre ações e atividades realizadas pelos deputados estaduais, que beneficiam direta e indiretamente os cidadãos de Mato Grosso. Na semana passada, em Brasília (DF), o deputado Baiano Filho (PMDB) visitou os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dos Transportes e solicitou parceiras que atendam necessidades do Estado na agricultura e nas rodovias federais que cortam Mato Grosso.

Esta edição traz ainda, como matéria de capa, a proposta da Comissão Especial da Assembleia Legislativa que discute a implantação do sistema único de previdência em Mato Grosso. A proposta será apresentada ao governador Silval Barbosa (PMDB) para que o Governo Federal ajude o Fundo Previdenciário de Mato Grosso (MT Prev) com apor-

te financeiro como forma de compensação pelas perdas do Estado com a Lei Kandir, que somam aproximadamente dois bilhões de reais todos os anos.

Além dessas matérias, Informe Cidadão veicula a composição das 13 Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa e a formação dos núcleos de assessoramento das Comissões Permanentes do Poder Legislativo. Tem ainda a solicitação do deputado Wagner Ramos (PR) para que Tangará da Serra, município polo do médio norte mato-grossense, possa vir a proporcionar facilidades no dia a dia dos cidadãos da região em muitas das suas necessidades importantes com a implantação do sistema de atendimento multifuncional do Ganha Tempo.

Foto da Semana

Foto - Andrey Romeu

Igreja N. S. de Santana do Sacramento | Chapada dos Guimarães MT



Malheiros ressalta a importância do otimismo com as obras em Cuiabá



Foto - Fablício Rodrigues

Sid Carneiro

O deputado João Malheiros (PR) ressaltou a importância do otimismo pelos cuiabanos que estão na expectativa do término das obras de mobilidade urbana na Capital, antes e depois dos jogos da Copa do Mundo, em Cuiabá, que inicia em junho deste ano. "Todos devem manter a expectativa, mas com o espírito de otimismo pela final dessas obras que vão melhorar a qualidade

de vida em Cuiabá", afirmou o deputado.

As declarações de João Malheiros tiveram como base a quase conclusão do estádio Arena Pantanal, palco de quatro jogos da Copa de 2014, no Brasil, disputados pelas seleções do Chile, Rússia, Austrália, Coreia do Sul, Colômbia, Japão, Nigéria e Bósnia.

A Arena passou pelo primeiro teste e deve ter novos jogos nos próximos dias entre Vasco e Luverdense pela Copa do Brasil. "Temos a honra de ter um estádio dessa

magnitude", declarou o deputado João Malheiros.

O parlamentar reconhece que os problemas no jogo-teste serão resolvidos. Malheiros afirmou que a Arena Pantanal estará pronta para receber os jogos da Copa do Mundo. "O estádio será entregue dentro do que foi programado. E as demais obras devem ser concluídas até o final do ano. Vai dar tudo certo", previu Malheiros.

Governo Federal definirá implantação da UFMT na região oeste de MT



Foto - Widson Maradona

Adrielle Piovezan

A reitora da Universidade de Mato Grosso (UFMT), Maria Lúcia Cavalli Neder, disse aguardar com expectativa a reunião da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) com a participação da presidente Dilma Rousseff (PT), na qual será definido o projeto de expansão das universidades em todo país.

Em Mato Grosso, o município de Mirassol D'Oeste, polo da região oeste, integra a lista de cidades descritas para receber um campus da UFMT. Na semana passada, o deputado Ezequiel Fonseca (PP) se reuniu com a professora Durcelina Sales, na Assembleia Legislativa, para pontuar o compromisso de continuar

nessa luta em prol da universidade na região. Ezequiel Fonseca observou as diversas mobilizações realizadas na região, entre audiências públicas, reuniões com o governador Silval Barbosa (PMDB), com ministro da Educação, Aloizio Mercadante, reitoria da UFMT, deputados, prefeitos, vereadores, lideranças e sociedade organizada em torno da viabilidade do projeto.

“O nosso compromisso é continuar nessa luta, e não vamos descansar até que se realize. Já buscamos apoio da bancada federal, deputados, senadores e presidente do país. Há anos os prefeitos e lideranças da região se mobilizaram para receber esse benefício”, destacou Ezequiel. O parecer da instalação da universidade no município de Mirassol

D'Oeste já recebeu apoio da reitora, Maria Lúcia, e do governador do Estado.

No entanto, a professora Maria Lucia destaca como extremamente importante o comprometimento do Governo Federal, uma vez que a implantação de um campus universitário exige, entre vários pontos, a realização de concurso para professor, técnico administrativo e recurso orçamentário para edificação de prédios e laboratórios.

“A universidade de Mato Grosso não tem autonomia para bancar a instalação de um campus, e é preciso que esteja dentro da vontade política do governo federal. Por isso, torna-se necessário sensibilizar o governo dessa necessidade do nosso estado”, disse Cavalli.

Lei defendida por Fraga isenta transporte escolar de taxas rodoviárias



Foto - Ronaldo Mazza

Bruno Barreto

Dentre os vetos derrubados em dezembro de 2013, foi promulgada pelo presidente da Assembleia Legislativa Romoaldo Júnior (PMDB), a Lei 10016, de 2013, de autoria do deputado José Domingos Fraga (PSD). Divulgada no Diário Oficial, há poucos dias, a referida lei institui no âmbito do Estado de Mato Grosso a isenção

do pagamento de pedágio rodoviário, aos veículos de transporte escolar, que periodicamente transportam alunos do ensino fundamental, médio e superior para localidades diversas de suas origens.

Segundo José Domingos, a iniciativa tomada pelos parlamentares irá garantir o direito de estudantes de vários pontos de Mato Grosso. "O aluno se submete a longas viagens intermuni-

cipais em busca do nível superior, ou qualquer nível escolar. Além da distância, o valor do pedágio seria mais um fator negativo para os estudantes".

O parlamentar explica que o gasto com tarifas rodoviárias é atribuído a mensalidade do transporte escolar, que são onerados em decorrência da cobrança de pedágios existentes em rodovias mato-grossenses.

Pinheiro cobra explicações por falta de atendimento do Samu



Foto - Widson Maradona

Thiago Itacaramby

O deputado Emanuel Pinheiro (PR) apresentou requerimento a fim de investigar os motivos que levou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) a negar atendimento a um caminhoneiro acidentado na BR-163, na semana passada. (SES) O parlamentar exige explicações do secretário de Saúde do Estado, Jorge Lafetá, sobre o caso. Pinheiro disse que “essa postura é uma afronta à vida humana”.

“Temos o direito e exigimos explicações, já que essa situação é inadmissível contra à vida humana. É desumana a atitude das autoridades e não podemos ficar refém de qualquer de tipo de negligência ainda mais em se tratando da saúde pública”, defendeu. A oitiva será realizada através da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso.

“Nós vamos investigar sim. Um caso como esse é muito grave e queremos explicação. Uma vida é mais importante que qualquer

coisa desse mundo”, declarou o deputado.

O episódio ocorreu no quilômetro 518, da BR-163, após o motorista ter perdido o controle e tombado o caminhão, e, conseqüentemente, não ter recebido atendimento médico. O caso ganhou repercussão da imprensa estadual. Com a ausência do Samu, a vítima foi socorrida por outros colegas de profissão que arrumaram uma caminhonete e o levaram até o hospital do município de Jangada, na região de Cuiabá.

Maluf solicita informações sobre pagamento às OSS em 2013



Foto - Widson Maradona

Raoni Ricci

O deputado Guilherme Maluf (PSDB) solicitou à Secretaria Estadual de Saúde (SES) informações sobre os repasses financeiros feitos para todas as organizações sociais em atividade no Estado de Mato Grosso durante o ano de 2013. O parlamentar quer saber quanto efetivamente foi pago às Organizações Sociais de Saúde (OSSs), que gerenciam alguns setores da saúde pública do estado.

No requerimento, Maluf faz dois questionamentos: Foram cumpridas as metas em relação aos procedimentos contratados com cada uma das Organizações Sociais de Saúde (OSS) no ano de 2013?, e qual o valor monetário repassado para cada uma das Organizações Sociais de Saúde (OSS) no ano de 2013?

O deputado, desde o começo do ano, tem recebido inúmeras reclamações de médicos e prestadores de serviço que acusam OSS de estar em atraso com pagamento de salários e contratos.

“Acompanho de perto o trabalho das OSS e sei onde funcionou e onde não funcionou. O que chega ao meu gabinete é que o atendimento caiu muito e existe uma insegurança por parte de médicos e prestadores, que acusam um possível calote. Extra oficialmente a informação é que o governo está em dia com as OSS. Queremos uma posição oficial para poder entender a situação. Se os repasses estiverem em dia, não existem motivos para atrasos por parte das organizações e vamos precisar agir com rigor”, pontuou o parlamentar.

Guilherme Maluf afirmou ainda que desde

que conheceu experiências em outros Estados do País aposta no modelo de parceria entre o poder público e a iniciativa privada, mas ponderou que é preciso gerenciar com firmeza a relação.

“A partir de experiências que conheci em outros estados, eu sempre acreditei que a parceria entre o poder público e a iniciativa poderiam ser um caminho para algumas áreas da saúde pública. O problema é que esse processo precisa ser transparente dos dois lados. Já tivemos denúncia de calote do governo em outras gestões e agora temos a denúncia de calote das OSS. É preciso dar segurança para a sociedade, que já sofre com a precariedade do atendimento em Mato Grosso”, lamentou Maluf.

Viana alerta sobre risco de empresa ligada a Cachoeira gerir Lemat



Foto - Widson Maradona

Jonas da Silva

O deputado Zeca Viana (PDT) utilizou a tribuna da Assembleia Legislativa, na semana passada, para alertar “sobre o risco de empresa de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira”, administrar a Loteria do Estado de Mato Grosso (Lemat), cujo processo de licitação está em andamento e teve decisão da justiça, na quarta-feira, nove de abril, para que não fosse aberta fase do certame sobre proposta técnica. O parlamentar recebeu no gabinete documentos em forma de denúncia sobre o caso e

resolveu levar à tribuna como forma de exercer a fiscalização do legislativo sobre o governo Silval Barbosa (PMDB).

“A empresa que estava habilitada para a licitação, a única que ficou no envelope, que a juíza, através de liminar, proibiu a abertura de envelope, tem vínculo com o empresário Carlinhos Cachoeira”, afirmou a jornalista. “Essa empresa, segundo os dados, se não me engano, o capital social é de apenas seiscentos reais. Como que o estado vai entregar uma loteria para uma empresa dessa”, completou.

Denúncias do jornal O Estado de São Pau-

lo, em 2012, sinalizava para a possibilidade de empresa do contraventor Carlinhos Cachoeira sagrar-se vencedora da loteria do Estado. Na ocasião, o governador Silval Barbosa (PMDB) rebateu a informação como “conversa de bar”. Ele disse também desconhecer Cachoeira e que nunca tinha conversado com ele. Há dois anos, a Polícia Federal instaurou inquérito para investigar atividades empresariais e suposto tráfico de influência do empresário no setor público em uma operação da instituição. Ele foi preso na Operação Monte Carlo, desencadeada pela Polícia Federal.

Wagner credencia Tangará para receber unidade do Ganha Tempo



Foto - Widson Maradona

Fernando Leal

A Assembleia Legislativa deu o primeiro passo para que Tangará da Serra, polo do médio norte mato-grossense, possa vir a proporcionar facilidades no dia a dia dos cidadãos da região em muitas das suas necessidades importantes. Isso será possível a partir da implantação do sistema de atendimento multifuncional do Ganha Tempo, solicitado ao governo pelo deputado Wagner Ramos (PR).

Para a secretária-adjunta de Cidadania, da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas), Dalva Figueiredo Couto, pelas características a proposta do parlamentar representa grande investimento para um município. “Existem critérios para que um município se qualifique, mas essa estrutura será um dos principais cartões de visitas de Tangará”, disse Dalva.

Nos primeiros nove anos de funcionamento em Mato Grosso (2003-2012) o Ganha Tempo

ultrapassou a casa dos seis milhões de atendimentos apenas em Cuiabá e Várzea Grande, com média geral de satisfação na casa dos 80%. Os dados são obtidos em pesquisas realizadas mês a mês pelos servidores do órgão. O trabalho revela ainda se o serviço requisitado foi atendido e a forma como o cidadão foi tratado pelo atendente.

“O resultado disso é a qualidade dos serviços oferecidos, a comodidade por conta da organização de vários parceiros em único ambiente, a eficiência no atendimento e o conforto do local. Certamente, a partir de Tangará, os benefícios atingirão mais facilmente a população do médio norte”, disse Wagner.

Serviços – No Ganha Tempo funcionam postos do Procon (onde se obtém orientações sobre direitos do consumidor), Rede Cemat, CAB (água e esgotos), lotérica e o Sistema Nacional de Empregos (Sine) - busca de vagas de trabalho e obtenção de Carteira de Trabalho e seguro-desemprego. Também tem posto

do Departamento de Trânsito de Mato Grosso (Detran) - pagamento de taxas, caixas eletrônicos, Junta Comercial, Tribunal Regional Eleitoral (TER), Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) e acesso gratuito à Internet, entre outros serviços.

De acordo com Dalva Couto, como o Ganha Tempo não é autossustentável, o trabalho inicial para funcionamento da estrutura é de construção de parcerias individuais com órgãos, setores e empresas envolvidos, a partir da prefeitura local. Segundo Wagner, no que depender dele os recursos poderão ser viabilizados por meio de emenda parlamentar.

O pedido por um Ganha Tempo no município-polo do médio norte foi feito por meio da Indicação 225, de 2014, encaminhada ao governador Silval Barbosa (PMDB) e ao secretário de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas), Jean Estevan Campos Oliveira.

CPI encerra os trabalhos com a assinatura do TAC



Foto - Demóstenes Milhomem

Márcia Martins

As operadoras de telefonia móvel assinaram, na semana passada, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), juntamente com os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa e de órgãos fiscalizadores do Estado: Procon, Defensoria Pública, Ministério Público Estadual (MPE) e Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso (OAB). A assinatura oficializou o encerramento dos trabalhos da comissão, que teve duração de seis meses e visitou 12 cidades-polos de Mato Grosso para ouvir as principais reclamações dos consumidores do seguimento. O presidente da CPI, deputado Ondanir Bortolini - Nininho (PR), explicou que, com a assinatura do documento, as operadoras assumem a responsabilidade de oferecer mais qualidade dos serviços.

“Com a assinatura do TAC a CPI conclui o seu trabalho. Com treze cláusulas, a intenção do termo é padronizar a qualidade dos serviços, garantindo segurança aos usuários”, declarou Nininho. O parlamentar destacou que, enquanto esteve em andamento, a CPI ouviu

2.632 usuários e que a falta de investimentos no setor e a consequente defasagem de equipamentos foram destaques nas reclamações.

“Entre as queixas da população estão cobranças indevidas nas contas, não cumprimento nas ofertas dos planos e má qualidade nas transmissões, completou”.

A superintendente do Procon, Gisela Viana, disse que a assinatura do TAC representa ajustes significativos e que as metas assumidas pelas operadoras vão sem dúvidas trazer melhorias nos serviços. Segundo ela, o ponto mais forte da CPI foi a transparência com que foi dirigida.

“Foi bastante positiva a abertura para participação dos órgãos fiscalizadores. Nem todas as Assembleias Legislativas do país, que realizaram a CPI, concluíram com o TAC”, reconheceu Gisela.

O representante do Ministério Público, Edmilson da Costa Pereira, acrescentou que o TAC é uma forma de fazer com que as operadoras atendam os reais direitos do cidadão.

Caminho – O secretário de Justiça e Direitos Humanos, Luiz Antonio Poças de Carvalho, ressaltou que “com o TAC teremos mais condi-

ções de aprofundar as fiscalizações”, avaliou. Em uma das cláusulas do TAC consta que as operadoras terão que realizar mutirões nos municípios mato-grossenses para ouvir as reclamações da população.

O presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil), José Américo Leite Filho, argumentou que as empresas de telefonia devem fazer o possível para cumprir com as cláusulas do TAC. “Talvez a parte mais complexa seja a dos mutirões nas cidades, pois Mato Grosso é grande. Mas, tenho certeza que todas as operadoras irão se empenhar para atingir as metas”, garantiu.

De acordo com o TAC, os mutirões das operadoras devem ser encerrados em setembro deste ano, e ao final dos mutirões todas as empresas deverão apresentar para a Assembleia Legislativa as principais reclamações dos consumidores.

Também participaram do evento os deputados Wagner Ramos (PR), Dilmar Dal’Bosco (DEM) e Ezequiel Fonseca (PP).

Projeto de Romoaldo cassa inscrições de estabelecimento comercial



Foto - Fablicio Rodrigues

Elzis Carvalho

O estabelecimento comercial em Mato Grosso que adquirir, distribuir, estocar e revender quaisquer bens de consumo frutos de roubo, ou furto, independente de ficar caracterizada a receptação, terá cassada a inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A medida está no Projeto de Lei 10, de 2014, de autoria do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Romoaldo Júnior (PMDB). De acordo com a proposta, a medida é estendida aos sócios do estabelecimento penalizado – pessoa física ou jurídica – em comum ou separadamente.

A proposta proíbe ainda de entrem com pedido de inscrição de nova empresa e no mesmo ramo de atividade. As restrições, conforme a proposta, valem pelo prazo de cinco anos, contados da data de cassação. Quando ocorrer a apreensão de mercadorias, fruto de roubo ou furto, cuja propriedade não possa ser determinada, será aplicada a pena de perdimento de tais bens, sendo esses incorporados ao patrimônio do Estado.

Segundo dados da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), no Brasil predomina o transporte terrestre e, por isso, mais de 60% das mercadorias circulam por meio rodoviário. “Essa prática criminosa tem impacto direto nos preços das mercadorias que circulam em

todo o país, uma vez que para proteger esse tipo de transporte é necessário incrementos em tecnologia de segurança eletrônica, gerenciadoras de risco e seguradoras”, destacou Romoaldo Júnior.

O prejuízo anual causado pelas quadrilhas que roubam carga no Brasil já passa de R\$ 900 milhões. Os equipamentos mais visados pelas facções criminosas são eletroeletrônico, gêneros alimentícios, têxteis, autopeças e pneus, medicamentos, cigarros, combustíveis, produtos químicos e higiene e limpeza. Em Mato Grosso, as cargas mais visadas são as máquinas, defensivos e fertilizantes agrícolas.

AL sugere compensação da Lei Kandir para o MT Prev



Foto - Mauricio Barbant

Kleverson Souza
Alline Marques

A Comissão Especial da Assembleia Legislativa, que discute a implantação do sistema único de previdência em Mato Grosso, apresenta nos próximos dias, ao governador Silval Barbosa (PMDB), proposta para que o Governo Federal ajude o Fundo Previdenciário de Mato Grosso (MT Prev) com aporte financeiro como forma de compensação pelas perdas do Estado com a Lei Kandir, que somam aproximadamente dois bilhões de reais todos os anos.

De acordo com o presidente da Comissão Especial, deputado José Riva (PSD), o governa-

dor e a bancada federal devem promover essa intermediação junto à presidente Dilma Rousseff (PT). "Surgiu nova proposta que vamos levar ao governador para que seja possível que o governo federal nos ajude na composição do fundo, devolvendo parte do prejuízo que é a Lei Kandir. Aliás, essa seria uma excelente forma da União ajudar para dar mais segurança e tranquilidade aos servidores", disse o parlamentar que sugeriu a proposta.

Caso a União concorde em conceder esse aporte financeiro, seria a compensação em virtude das perdas com a desoneração, na avaliação de Riva. "Se o governo federal concordar em passar cinquenta por cento des-

se recurso seria um bilhão a mais de reais no fundo, sobrando recursos da fonte cem para investimento. É uma proposta que fiz e o que precisamos é de condução política da nossa bancada e do governador no sentido de recuperar parte desse recurso, mostrando à União que temos dificuldades de fazer aporte para a composição do fundo de previdência e é interesse inclusive do próprio governo federal, pois o Ministério da Previdência tem sido presente na discussão, acompanhando as dificuldades que Mato Grosso tem de compor esse fundo, fazendo frente às demandas", assinalou o deputado.

Reunião – Na semana passada, a Comis-

Dilmar solicita ao Estado apoio para municípios

são Especial se reuniu com representantes do Governo do Estado, Tribunal de Justiça (TJ), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Ministério Público Estadual (MPE), Defensoria Pública, Fórum Sindical, sindicatos e associações representativas dos servidores, além do Banco do Brasil (BB) e Banco de Brasília (BRB), que fizeram exposição sobre o fundo imobiliário, composição dos fundos e aportes que podem ser feitos através dos imóveis do Estado.

“Agora, vamos voltar à análise ponto a ponto do projeto de lei com a representação dos Poderes e Fórum Sindical e instituições autônomas para construir o projeto de entendimento que possa permitir a comissão a apresentar o substitutivo. Penso que alguns pontos de entendimento ficam destacados para que a comissão delibere e encaminhe para que os deputados possam apresentar emendas. Caso os Poderes e Fórum Sindical não estejam contemplados, podem sugerir emendas aos demais parlamentares”, explicou o relator da Comissão Especial, deputado Alexandre César (PT).

O relator explicou que grande parte dos apontamentos feitos pelo MPE já foram contemplados no processo anterior de discussão que a Comissão Especial fez. “Acredito que com as sugestões de outros poderes, avançamos bastante e nos próximos dias vamos construir esse documento de entendimento”, argumentou o deputado petista, que reafirmou a intenção da comissão de votar o projeto no próximo mês.

A criação de um fundo de previdência vai dar tranquilidade aos aposentados e pensionistas e ao próprio Estado, pois será autossuficiente. É possível assegurar em médio prazo, um aporte de R\$ 13,8 bilhões, garantindo que o Estado terá uma previdência equilibrada nos próximos 75 anos.

Os mecanismos para atingir esses objetivos são os aportes de bens e direitos do Estado para a previdência, a partir da monetização deles através de fundos de mercado que serão estruturados via bancos públicos.

Também compõem a comissão os deputados Ezequiel Fonseca (PP), Emanuel Pinheiro (PR) e Wagner Ramos (PR).



Foto - Maurício Barbant

Thaiza Assunção

Em atendimento a solicitação do prefeito de Curvelândia, Eli Sanches Romão (PR), o Eli da Farmácia, o deputado Dilmar Dal'Busco (DEM) apresentou duas indicações ao governador Silval Barbosa (PMDB) solicitando aporte financeiro para iluminação pública e implantação de Academia da Terceira Idade (ATI) na cidade. A ATI, de acordo com o parlamentar, visa melhorar a qualidade de vida dos idosos que, com a prática de exercícios, melhorem o condicionamento físico e conseqüentemente avanços na saúde.

“Os resultados são satisfatórios em todos os lugares que implantam esse tipo de academia, e acreditamos que o ambiente melhora a qualidade de vida dos idosos, e ainda proporciona

um envelhecer saudável e feliz”, ressaltou Dal'Busco.

Já a iluminação pública contemplará as avenidas Mariana e Rio Branco, localizadas no centro da cidade. Dilmar ressaltou que o poder público municipal não tem como arcar com as despesas para execução do serviço, tendo em vista as dificuldades financeiras que vem passando nos últimos meses.

Nova Marilândia – O deputado democrata solicitou ainda, ao secretário de Estado de Segurança Pública (Sesp), Alexandre Bustamante, a necessidade de disponibilizar duas ou mais viaturas para atender ao município de Nova Marilândia. A reivindicação é um apelo antigo da sociedade Nova Marilandense que sente-se insegura com a falta de policiamento nas ruas da cidade.

Satélite defende lei que reduz taxas para atividade garimpeira



Foto - Ronaldo Mazza

Disney de Paula

O deputado Pedro Satélite (PSD) apresentou, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, projeto de lei que reduz as taxas das licenças ambientais para a exploração mineral no Estado. O projeto prevê que, nas atividades minerais em Regime de Lavra Garimpeira, o cálculo do valor da licença seja feito com base na dimensão da área requerida à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) pelo espaço que será lavrado, e não pela área inicialmente autoriza-

da pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Segundo o deputado Pedro Satélite, os valores cobrados atualmente pela Sema estão inviabilizando a atividade de pequenos mineradores, e, por isso, muitos acabam abandonando a atividade mineral ou sendo empurrados para a clandestinidade. “A atividade garimpeira é um dos principais propulsores da economia de vários municípios do estado, gerando renda e milhares de empregos diretos”.

Por isso, a diminuição das taxas de licencia-

mento é uma reivindicação justa do setor, que luta para trabalhar na legalidade”, enfatiza o deputado. Estima-se em 20 mil o número de garimpeiros em atividade no Estado. Só a Cooperativa dos Garimpeiros de Peixoto de Azevedo, a maior do Estado, possui aproximadamente quatro mil associados.

A importância econômica do setor fica mais evidente quando se fala em movimentação financeira. Na região de Peixoto, onde o garimpo é mais forte, só em 2013, foram comercializados cerca de R\$ 237 milhões em ouro.

Projeto de Rabello declara o Pequizeiro de preservação permanente



Foto - Fablício Rodrigues

Verônica Rakel

O deputado Walter Rabello apresentou projeto de lei, na Assembleia Legislativa, declarando de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte em Mato Grosso, o Pequizeiro, cientificamente conhecido por Caryocar Brasiliense, árvore símbolo do Cerrado.

De acordo com o parlamentar, o projeto foi elaborado a partir da importância do pequizeiro para a população, já que no período de safra a comercialização do fruto permite por vários meses uma renda extra a inúmeras famílias do Estado. “É muito importante à manutenção da árvore para a disseminação de sementes, feitiço de mudas e plantios comerciais que se verifica em algumas regiões do nosso Estado”, explica

Rabello.

O pequizeiro é nativo do Cerrado brasileiro e utilizado de várias maneiras, o fruto é rico em carboidrato, proteína e óleo. A polpa do pequi é utilizada na produção de geleias, doces, licores, obtenção de óleo e também muito utilizado na culinária de pratos típicos da região.

Consta no projeto de lei que o corte do pequizeiro só será admitido quando necessária à execução de obra, plano, atividade, ou projeto de utilidade pública, ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente, em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente, ou órgão competente;

Caso haja descumprimento da lei e o pe-

quizeiro seja cortado, sem permissão, ficará a cargo do Executivo punir o responsável, com base na legislação ambiental e vigente, a partir da legislação relativa às plantas raras ou em extinção.

“Precisamos proteger a planta, nativa da nossa região, do desmatamento indiscriminado, e, além disso, tem a questão simbólica, considerando toda a representatividade para o cerrado, principalmente para o estado”, pontua o parlamentar.

“Em diversas regiões de Mato Grosso ainda se encontram populações tradicionais que conciliam o uso dos recursos naturais, como a conservação do cerrado, o que deve ser incentivado pelo poder público”, finaliza Rabello.

Definidas comissões permanentes da AL

Maria Nascimento Tezolin

A Assembleia Legislativa definiu e divulgou no Diário Oficial, de 10 de abril, as composições das Comissões Permanentes da Casa. Essas comissões atuarão na análise de textos e emissão de pareceres às matérias em tramitação no Poder Legislativo. As instalações dessas comissões ocorrem nos próximos dias, assim como a definição dos presidentes e vices-presidentes.

O consultor dos Núcleos das Comissões, Valdenir Rodrigues Benedito, salientou que o próximo passo é fazer um calendário de reuniões que contemplem as 13 Comissões Permanentes. O consultor também ressaltou que os núcleos das comissões estão funcionando em novas instalações, nas salas de 205 a 207, no segundo piso do prédio do Parlamento.

“Estamos em novos espaços que permitem melhores condições de trabalho e a meta é seguir a determinação da Mesa Diretora, para que os parlamentares membros dessas comissões façam um trabalho permanente mesmo neste ano de eleições e copa do mundo, informou Valdenir.

Composição das comissões

Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR)

Titulares: Alexandre Cesar (PT), Dilmar Dal’Bosco (DEM), Walter Rabello (PSD), Emanuel Pinheiro (PR) e Sebastião Rezende (PR).

Suplentes: Teté Bezerra (PMDB), Ezequiel Fonseca (PP), Pedro Satélite (PSD), Ondanir Bortolini - Nininho (PR) e João Malheiros (PR).

Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Execuções Orçamentárias

Titulares: Teté Bezerra (PMDB), Guilherme Maluf (PSDB), José Domingos Fraga (PSD), João

Malheiros (PR) e Hermínio J. Barreto (PR).

Suplentes: Ademir Brunetto (PT), Luiz Marinho (PTB), Walter Rabello (PSD), Sebastião Rezende (PR) e Antônio Azambuja (PP).

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto

Titulares: Alexandre Cesar (PT), Ezequiel Fonseca (PP), Airton Português (PSD), João Malheiros (PR) e Wagner Ramos (PR).

Suplentes: Baiano Filho (PMDB), Dilmar Dal’Bosco (DEM), Pedro Satélite (PSD), Emanuel Pinheiro (PR) e Hermínio J. Barreto (PR).

Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social

Titulares: Teté Bezerra (PMDB), Antônio Azambuja (PP), Pedro Satélite (PSD), Emanuel Pinheiro (PR) e Dilmar Dal’Bosco (DEM).

Suplentes: Ademir Brunetto (PT), Zeca Viana (PDT), Airton Português (PSD), Hermínio J. Barreto (PR) e Ondanir Bortolini - Nininho (PR).

Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária

Titulares: Teté Bezerra (PMDB), Zeca Viana (PDT), Pedro Satélite (PSD), Mauro Savi (PR) e Ondanir Bortolini - Nininho (PR).

Suplentes: Alexandre Cesar (PT), Luciane Bezerra (PSB), José Domingos Fraga (PSD), Wagner Ramos (PR) e Emanuel Pinheiro (PR).

Comissão de Revisão Territorial dos Municípios e das Cidades

Titulares: Ademir Brunetto (PT), Dilmar Dal’Bosco (DEM), José Domingos Fraga (PSD), Mauro Savi (PR) e Wagner Ramos (PR).

Suplentes: Teté Bezerra (PMDB), Luiz Marinho (PTB), Pedro Satélite (PSD), Ondanir Bortolini - Nininho (PR) e Sebastião Rezende (PR).

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Titulares: Ademir Brunetto (PT), Dilmar Dal’Bosco (DEM), José Domingos Fraga (PSD), Hermínio J. Barreto (PR) e João Malheiros (PR).

Suplentes: Ezequiel Fonseca (PP), Guilherme Maluf (PSDB), Walter Rabello (PSDB), Mauro Savi (PR) e Ondanir Bortolini - Nininho (PR).

Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso

Titulares: Teté Bezerra (PMDB), Luciane Bezerra (PSB), Pedro Satélite (PSD), Emanuel Pinheiro (PR) e Sebastião Rezende (PR).

Suplente: Alexandre Cesar (PT), Antônio Azambuja (PP), Airton Português (PSD), Hermínio J. Barreto (PR) e João Malheiros (PR).

Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais

Titulares: Baiano Filho, Dilmar Dal’Bosco, Walter Rabello, Mauro Savi e Wagner Ramos.

Suplentes: Ezequiel Fonseca (PP), Guilherme Maluf (PSDB), José Domingos Fraga (PSD), Ondanir Bortolini - Nininho (PR) e Airton Português (PSD).

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Titulares: Ademir Brunetto (PT), Airton Português (PSD), Emanuel Pinheiro (PR), João Malheiros (PR) e Guilherme Maluf (PSDB).

Suplentes: Teté Bezerra (PMDB), Pedro Satélite (PSD), Ezequiel Fonseca (PP), Hermínio J. Barreto (PR) e Dilmar Dal’Bosco (DEM).

Comissão de Segurança Pública e Comunitária

Titulares: Baiano Filho (PMDB), Dilmar Dal’Bosco (DEM), Walter Rabello (PSD), Sebas-



Foto - Fablício Rodrigues

tião Rezende (PR) e Mauro Savi (PR).

Suplentes: Ademir Brunetto (PT), Luiz Marinho (PTB), José Domingos Fraga (PSD), Emanuel Pinheiro (PR) e João Malheiros (PR).

Comissão de Trabalho e Administração Pública

Titulares: Alexandre Cesar (PT), José Domingos Fraga (PSD), Ondanir Bortolini - Nininho (PR), Dilmar Dal’Bosco (DEM) e Luciane Bezerra (PSB).

Suplentes: Baiano Filho (PMDB), Antônio Azambuja (PP), Wagner Ramos (PR), Mauro Savi (PR) e Zeca Viana (PDT).

Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte

Titulares: Baiano Filho, Guilherme Maluf, Pedro Satélite, Sebastião Rezende e Wagner Ramos.

Suplentes: Ademir Brunetto (PT), Dilmar

Dal’Bosco (DEM), Airton Português (PSD), Mauro Savi (PR) e Ezequiel Fonseca (PP).

Núcleos

Conheça a composição as comissões dos núcleos de assessoramento das Comissões Permanentes do Poder Legislativo:

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico

- Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais:

- Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização

Fundiária;

- Revisão Territorial, dos Municípios e das Cidades;

- Indústria, Comércio e Turismo;

- Infraestrutura Urbana e de Transportes.

Núcleo Econômico

- Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária;

- Defesa do Consumidor e do Contribuinte;

- Trabalho, Administração e Serviço Público.

Núcleo Social

- Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto;

- Saúde, Previdência e Assistência Social;

- Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, Adolescente e ao

Idoso;

- Segurança Pública e Comunitária.

Núcleo de Constituição, Justiça e Redação

- Constituição, Justiça e Redação

Alexandre diz que MT pode perder recursos dos royalties do petróleo



Foto - Widson Maradona

Alline Marques

O deputado Alexandre Cesar (PT) fez um alerta sobre a negativa do governo estadual em encaminhar mensagem que trate sobre a destinação dos recursos dos royalties do petróleo, o que poderá atrasar a destinação de tal verba para Mato Grosso. O dinheiro deve ser aplicado 75% na Educação e 25% na Saúde.

De acordo com o parlamentar, em setembro do ano passado, por meio da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto, a Assembleia Legislativa encaminhou uma indicação ao governador Silval Barbosa (PMDB) para que apresentasse projeto de lei destinando as receitas estaduais relativas aos royalties decorrentes da exploração do petróleo e gás natural nos percentuais de 75% para a Educação e 25% para a Saúde.

A indicação foi feita porque, segundo Ale-

xandre Cesar, a Lei Federal 12.858, que trata da destinação dos royalties, destaca que as receitas serão distribuídas de forma prioritária aos Estados e municípios que aprovarem lei semelhante que determine a aplicação da respectiva verba com a mesma destinação exclusiva de 75% para a Educação e 25% para a Saúde.

Sendo assim, caso Mato Grosso não aprove a referida lei não entrará na fila prioritária e demorará mais a receber os recursos, que contribuirão para o avanço dos setores, além de cumprir as metas do Plano Nacional de Educação e da Saúde. Além disso, o deputado ressalta que o governador tem reafirmado seu compromisso com as duas áreas.

Desenvolvimento – “Esses recursos, sem sombra de dúvida, irão contribuir para redução da desigualdade, melhoria nas condições de vida dos profissionais das áreas da educação e saúde, dando-lhes melhores condições de

trabalho, salários dignos e conseqüentemente melhoria na qualidade de ensino e de atendimento daqueles que utilizam a educação e a saúde pública”, afirmou.

Porém, em resposta à indicação feita pela Comissão de Educação, à época presidida por Alexandre Cesar, à Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) apresentou nota técnica orientando o governo a não apresentar tal lei para evitar que a vinculação de recursos, ficando o Estado restrito, portanto, aos repasses constitucionais de 25% para Educação e 12% à Saúde.

Alexandre Cesar demonstrou preocupação com o posicionamento do governo estadual. Ele recebeu apoio do líder do governo, deputado Hermínio J. Barreto (PR), que irá conversar com o governador Silval Barbosa para que a lei seja encaminhada ainda neste primeiro semestre ao Poder Legislativo.

Português cobra definição sobre comércio de madeira importada



Foto - Fablício Rodrigues

Cecília Gonçalves

O deputado Airton Português (PSD) cobrou do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) uma definição sobre a liberação de madeiras importadas da Bolívia, que estão lotando depósitos há mais de três meses em Cáceres, por causa de mudança na legislação ambiental.

Os importadores de madeira que também participaram da reunião reclamaram da burocracia e muita demora em resolver a questão.

“Tem gente com mais de dezoito cargas de

madeira da Bolívia aguardando a fiscalização e liberação do produto para comercialização. Isso significa custos, pois a compra na Bolívia é paga à vista. Se a Sema (Secretaria de Estado de Meio Ambiente) não libera os créditos não podemos vender a madeira”, criticou Edvar Franco do Amaral, empresário de Cáceres.

Conforme o superintendente substituto do Ibama, Werikson Trigueiro, foi criada um Instrução Normativa para buscar mais controle no sistema florestal, incluindo a importação de produtos florestais, e ainda não avançaram a forma de integrar o Ibama no que diz respeito

a Documento de Origem Florestal (DOF) com o Sistema de Comércio e Transportes de Produtos Florestais (Sisflora) da Sema.

A madeira de outros países precisa ser transformada em créditos de madeira para emitir documentos de autorização de venda do produto. Antes da Instrução Normativa, a Sema concedia essa autorização. Agora, o Ibama está dialogando com a presidência do órgão, em Brasília, para que a Sema continue a emitir autorização até que haja uma definição sobre o caso.

Brunetto debate em Arenápolis fortalecimento da bacia leiteira



Foto - Fablício Rodrigues

Débora Lemos

Com o objetivo de fortalecer a bacia leiteira em todo o Estado, o deputado Ademir Brunetto (PT) iniciou em Arenápolis mais uma etapa de palestras sobre como “Mudar de Vida Produzindo Leite”. Esse evento é realizado há quatro anos nos municípios onde a pecuária leiteira está mais atuante.

A iniciativa une cooperativas, produtores e sindicatos do município onde é organizada para debater soluções para investir na melhoria da qualidade e consolidar um programa para o desenvolvimento da cadeia de leite no Estado.

Este ano, a palestra começou em Arenápolis e o evento ainda passará por outros municípios. A apresentação é ministrada pelo agricultor e pecuarista Nivaldo Michetti, que possui

qualificação em agente de desenvolvimento regional e sustentável, manejo e adubação de pastagem e de bovino leiteiro.

Nivaldo Michetti, que é pecuarista de leite há 23 anos, conta, durante a palestra, como tudo começou. Funcionário de uma indústria de álcool e açúcar, sempre teve vontade de ter o próprio negócio. Com pouco dinheiro comprou um pedaço de terra cheio de erosões e infestado de ervas daninhas. Lá colocou 13 novilhas mestiças, sem raça definida e começou a produzir leite. Hoje todo o patrimônio que possui é proveniente do leite. Esse caminho, como tudo foi organizado, os erros e acertos são apresentados aos participantes da palestra, como também dicas de sucesso para o seu negócio.

Além de falar sobre a atividade e os desafios, Michetti leva otimismo e motivação aos pro-

dutores. “Nossa forma de trabalho é produzir leite a baixo custo na propriedade, aplicando o sistema de pastoreio rotativo e alimentação diferenciada para inverno e verão”, resume o produtor. Ele enfatiza que o produtor precisa se convencer de uma vez por todas de que é a peça mais importante da cadeia produtiva do leite, depois da vaca, é claro. E afirma: “O produtor tem um valor inestimável e deve ter consciência disso”.

Modelo – Para Brunetto, idealizador do projeto, o evento consegue atender uma grande quantidade de produtores que têm dificuldades de organizar o rebanho. “A ideia é constituir um programa de desenvolvimento que se consolide como um modelo em todo o estado. Tudo baseado na experiência que encontramos com o palestrante”, explicou o parlamentar.

Segundo o deputado, Mato Grosso possui todas as condições de alavancar esse importante setor da agropecuária criando elementos que gerem renda aos produtores. Outro ponto que o deputado acredita ser favorável com o encontro é a capacitação dos pequenos produtores das regiões em que a palestra é ministrada, como forma de fortalecer a agricultura familiar. “Em conversas com produtores que já participaram do evento vimos o quanto foi importante e o tanto que aprimorou o negócio desses pequenos pecuaristas, fornecendo ferramentas para incrementar o segmento e dar base à viabilização destas pequenas propriedades”, esclareceu o parlamentar.

Entre os temas debatidos estão os aspectos como sanidade, genética, manejo e alimentação que são elementos fundamentais para a consolidação do projeto.

Além de produtores de Arenápolis, participaram ainda pecuaristas de Diamantino, Tangará da Serra, Nortelândia e Denise.

Azambuja pede ao governo incentivos para a piscicultura familiar



Foto - Fablício Rodrigues

Vânia Costa

Famílias de pequenos produtores rurais do município de Indiavaí vão receber cerca de 10 mil alevinos, que serão entregues pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Sedraf). A reivindicação encaminhada ao secretário de Desenvolvimento Rural, Luiz Carlos Alécio, é de autoria do vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Antonio Azambuja (PP).

O deputado explica que no município já existem produtores rurais cadastrados na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, que pretendem iniciar na atividade de piscicultura, e em um primeiro momento iniciarão com pequenas quantidades

para subsistência familiar.

Ainda de acordo com o parlamentar, serão beneficiadas mais de 150 famílias, que, com o recebimento desses alevinos, poderão produzir mais, obter melhoria na renda e qualidade de vida. “Essa ação tem uma importância social muito grande. Após receber os alevinos, as famílias desenvolvem os mesmos nos tanques e depois os comercializam. Além disso, a produção ajuda na alimentação da própria comunidade”, aponta Azambuja.

Antonio Azambuja ressaltou que o pedido partiu da população e da Prefeitura Municipal de Indiavaí através do secretário municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, Clóvis Dutra da Silva, e do engenheiro agrônomo Gilberto de Souza Brauno, por meio do ofício 001,

de 2014.

Segundo o secretário Clóvis, esse trabalho é uma forma de ajudar no sustento de agricultores. “Dessa forma, melhoramos a alimentação desses trabalhadores e fortalecemos a piscicultura no nosso município. Agradecemos o apoio do deputado Antonio Azambuja, que tem nos ajudado”, destacou.

O vice-presidente disse que vai incentivar o fortalecimento da piscicultura familiar em comunidades rurais, como uma alternativa importante para a população. Somada a essa ação vai trabalhar para conseguir equipamentos para o desenvolvimento da piscicultura e da pesca artesanal.

Teté apresenta emenda que garante o princípio da isonomia



Maricelle Lima Vieira

Apresentada pela deputada Teté Bezerra (PMDB), a emenda número dois ao Projeto de Lei 94, de 2014, que reestrutura a carreira de profissionais do meio ambiente (analista, agente, auxiliar), altera dispositivos da Lei 8.515, de 30 de junho de 2006.

Hoje os profissionais só podem ter progressão de carreira depois de 12 anos no referido cargo com as devidas titulações, o que gera uma disparidade e afrontando com o princípio constitucional da isonomia, também conhecida como o princípio da igualdade, onde “todo

são iguais perante a lei”, independente da riqueza, ou prestígio desse.

A parlamentar destacou que a carreira dos profissionais do meio ambiente é composta por profissionais altamente qualificados, onde cerca de 70% dos servidores são especialistas, mestres e doutores. Ela ainda acrescenta que com a nomeação em 2011 dos novos servidores da carreira de meio ambiente, a produtividade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) aumentou de maneira expressiva. “A nossa luta é pelo enquadramento dos servidores na classe correspondente à titulação, que irá possibilitar que sejam tratados de forma

igualitária e evitando a segregação que ocorre nos dias de hoje”, disse Teté.

Para Vinicius Salles Pandovan Rezek, servidor da Sema, a atuação da deputada Teté Bezerra, que desde que foi procurada para intermediar a situação, foi de suma importância. “Ela abraçou a causa. Foram várias reuniões na Sema, na Secretaria de Administração (SAD) e no Planejamento (Seplan) para encontrar uma solução para o impasse. A nossa luta é pela igualdade e a valorização profissional”, destacou Vinicius. A mensagem será encaminhada ao Executivo.

Foto - Fablicio Rodrigues

Baiano garante parcerias para MT com o Governo Federal



Foto - Assessoria de Gabinete

José Luis Laranja

O deputado Baiano Filho (PMDB) esteve recentemente em Brasília (DF) visitando dois ministérios com o objetivo de angariar recursos para o Estado de Mato Grosso. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o deputado se reuniu com o ministro Nery Geller e formalizou o convite para a participação na audiência pública, que ocorrerá no dia 25 deste mês, no município de Porto Alegre do Norte – para discutir o Programa MT Integrado Programa Ferroviário e o Aproveitamento Potencial Hidroviário da Região, além de buscar recursos para investir na sustentabilidade envolvendo desenvolvimento econômico, social e respeito ao equilíbrio e às limitações dos recursos naturais.

A segunda visita foi ao ministro César Borges, do Ministério dos Transportes, para discutir sobre a conclusão das obras das BRs 163, 158 e 242, sendo que as duas primeiras ligam os municípios de Querência, Gaúcha do Norte e Sorriso. Também foi discutido a viabilidade de recursos para o Programa da Ferrovia da Inte-

gração, além, da BR 500, que interliga os municípios de São Félix do Araguaia (MT) a Formoso (TO).

“Foi uma visita altamente produtiva com os dois ministros, onde mostramos a necessidade de Mato Grosso nesses dois assuntos. Na parte da agricultura, sabemos que o ministério elabora projetos e programas direcionados para a assistência técnica, financiamento e normatização das práticas rurais sustentáveis”, afirmou o parlamentar.

Na parte de rodovias, o deputado lembrou que essa iniciativa é uma antiga luta do Estado para melhorar a estrutura logística do Brasil. Ele também destacou a produção agrícola de Mato Grosso e a importância da viabilização de estrutura para o escoamento da produção.

Melhorias – “É uma oportunidade para melhorarmos a fragilidade da infraestrutura de nossas rodovias, e ainda buscarmos investimento no transporte ferroviário, tornando-o mais barato e eficiente”, revelou Baiano Filho.

O deputado disse também que no ano passado o Governo Federal iniciou os trabalhos de pavimentação da BR 242, com investimento de

R\$ 135 milhões, visando ligar a região do Araguaia a Sorriso, ou as BR 163 e BR 158, e criando novo corredor multimodal, e beneficiará diretamente os municípios de Querência, Nova Ubitatã e Gaúcha do Norte. Já a BR 242 criará a opção leste-oeste e possibilitará escoamento da produção pelos Portos de Itaqui (MA) e Belém (PA).

“Esse trecho terá investimento de R\$ 135 milhões para asfaltar a BR 242, e a construção da rodovia federal interligando as duas regiões vai criar novo corredor multimodal, promovendo a ligação entre as rodovias BR 163 e BR 158”, espera o deputado, comentando que esse trecho entre o médio norte e o Araguaia é de aproximadamente 400 quilômetros.

Cerca de 160 quilômetros estão pavimentados entre Sorriso, Nova Ubitatã e Boa Esperança. Em dezembro de 2010, foram inaugurados mais 48 quilômetros no sentido contrário entre a BR 158 e Querência. As obras foram realizadas por meio de convênio entre os governos federal (R\$ 34,5 milhões) e estadual (R\$ 1,8 milhão).

Projeto de Luciane prevê monitoramento de pedófilos por *chip*



Foto - Ronaldo Mazza

Paola Carlini

Condenados por crimes ligados a pedofilia poderão ser obrigados a usar um chip que permita ao Estado monitorar a locomoção. Com essa proposta de projeto de lei, (34, de 2014) a deputada Luciane Bezerra (PSB) quer evitar a alta reincidência desses criminosos na prática de abusos.

Segundo pesquisas, e de acordo com o psicólogo clínico, Mauro Paulino, especializado em Medicina Legal e Ciências Forenses e autor da obra “Abusadores Sexuais de Crianças:

A Verdade Escondida”, a taxa de reincidência nesse tipo de crimes é das mais elevadas de que há registro. Se não houver uma intervenção psicoterapêutica, a compulsão do pedófilo é incontrolável. A probabilidade do criminoso voltar a abusar é de 80 ou 90%.

Por isso, o projeto prevê que os equipamentos serão a prova de qualquer tipo de violação, e se algum dano for identificado pela central de equipamentos isso gerará imediata expedição de ordem de prisão. Haverá ainda central de monitoramento para acompanhar os passos desses criminosos, quando estiverem em

liberdade.

“Apresento essa proposta, que já é lei em São Paulo, por acreditar ainda que pedofilia é uma doença, e como nosso sistema de saúde é muito precário para mais essa demanda, vamos monitorar esses doentes para tentar evitar que novas crianças sejam atingidas”, argumentou.

Pedofilia em números – A violência sexual afeta cerca de 12 milhões de pessoas em todo o mundo. E, de acordo com estatísticas do Sistema Única de Saúde (SUS), as crianças (entre zero e nove anos de idade) são as maiores vítimas, representando 59,1% do total de registros.

Nininho propõe estrada alternativa para Chapada dos Guimarães



Foto - Ronaldo Mazza

Ieda Barros

O deputado Ondanir Bortolini - Nininho (PR), Nininho, apresentou, na Assembleia Legislativa, indicação ao Governo do Estado para criação de uma rota alternativa ligando Cuiabá à Chapada dos Guimarães pela MT-030. A rodovia ligará o rodoanel de Cuiabá até a rodovia MT-251, em Chapada. Atualmente, o deslocamento de Cuiabá à Chapada dos Guimarães é feito exclusivamente pela MT-251, um percurso de 66 quilômetros, com uso limitado, tanto pelos fatores econômicos e históricos, determinados à época de sua criação, quanto pelo

aumento das cargas rodoviárias que evoluíram além da capacidade estrutural da rodovia, danificando a pista e prejudicando a trafegabilidade.

“O que se deseja é diminuir a distância entre os dois municípios por um caminho mais curto, total de 30 quilômetros, e reto, retirando o trânsito pesado de carretas da estrada parque, até porque esse traçado está completamente fora dos limites do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. Isso não implicará em impactos ambientais sobre a área de amortecimento da rodovia”, ressalta Nininho.

Essa estrada também ajudará no escoamento da safra e no recebimento de insumos

procedentes da área de influência da BR 070, nos municípios de Campo Verde, Primavera do Leste, Paranatinga, Nova Brasilândia, Novo Santo Antônio, Chapada dos Guimarães entre outros.

“Além disso, essa rota pela MT-030 servirá de alternativa para o trecho das BRs 070, 163 e 364 entre a Serra de São Vicente e Cuiabá”, reforça o parlamentar. Ainda segundo Nininho, a ideia já foi apresentada para o governador Silval Barbosa (PMDB) e para o Ministério Público Estadual (MPE) que concordaram de imediato com a proposta.

Defensoria exige retomada de obras em residenciais de Cuiabá



Foto - Mario Friedlander

Paulo Coelho

Uma equipe de profissionais da Defensoria Pública, a pedido do deputado Mauro Savi (PR), vistoriou duas obras inacabadas no Residencial Ilza Terezinha, em Cuiabá. A paralisação das obras de uma creche e de um posto do Programa da Saúde da Família (PSF) vem prejudicando diretamente mais de três mil famílias.

A creche municipal, com capacidade prevista para 250 crianças, como já denunciavam os próprios moradores, está com cerca de 70% da obra concluída e com o andamento interrompido há dois anos. “Essa é uma primeira visita e vamos fazer outra ainda, e após um parecer técnico vamos entrar em contato com o órgão

responsável para que agilize essas questões”, disse a defensora pública Sílvia Maria Ferreira.

Tanto a creche, como a construção de um posto do PSF, são obras de responsabilidade da Prefeitura de Cuiabá e estão sendo aguardadas com muita expectativa pela população, de pelo menos cinco residenciais e bairros adjacentes ao Ilza Terezinha.

No PSF, porém, a equipe da Defensoria Pública encontrou um pequeno número de trabalhadores em atividade, com aproximadamente 40% já construída. As famílias temem que a conclusão da mesma não ocorra ainda este ano.

Entretanto, o compromisso firmado, e que consta inclusive na placa da obra, é que o PSF seja concluído até junho. “Aqui, para cumprir

o prazo de entrega, vai depender do número de funcionários que colocarem para trabalhar. A gente observa que a obra está andando, a construtora está começando o reboco e também as vigas de respaldo para receber a laje e a cobertura, mas ainda falta muita coisa”, declarou o engenheiro contratado pela Defensoria, Waltamir Augusto Borralho, acrescentando que, no caso da creche, a situação é visivelmente mais preocupante, pois “já apresenta sinais de degradação da obra, em função do abandono, inclusive com partes que não estão cobertas”.

Realidade – Conforme a presidente do residencial Jonas Pinheiro, Maria Luzia, a dona Gigi, há dezenas de mães que não têm condições de trabalhar por não ter onde deixar os filhos, e, na área de saúde, essas famílias têm sempre buscado atendimento em unidades de outros bairros, que nem sempre têm vagas.

“Acredito muito no trabalho do deputado Mauro Savi e o que fez aqui, pedindo que a defensoria viesse verificar o que está acontecendo, temos certeza que agora essas obras serão concluídas, se Deus quiser”, disse a líder comunitária, que juntamente com outras lideranças, levaram o problema até o gabinete de Mauro Savi.

Para Silvana Quadros dos Santos, de 29 anos, dona de casa e mãe de três crianças, todas com idade até cinco anos, o matagal que já toma conta da estrutura das obras é um sinal claro “desse absurdo que estão fazendo, enquanto muita gente do bairro precisa de uma creche, ou de um postinho da família. Porque aqui, quando alguém fica doente, a gente tem que ficar correndo de um lado para outro para consultar”.

A Defensoria Pública elaborará um relatório técnico, em forma de cobrança, que será encaminhado à Prefeitura da Capital exigindo a retomada e conclusão das obras.

AL discute revogação de lei para melhorar a carreira dos agentes fazendários

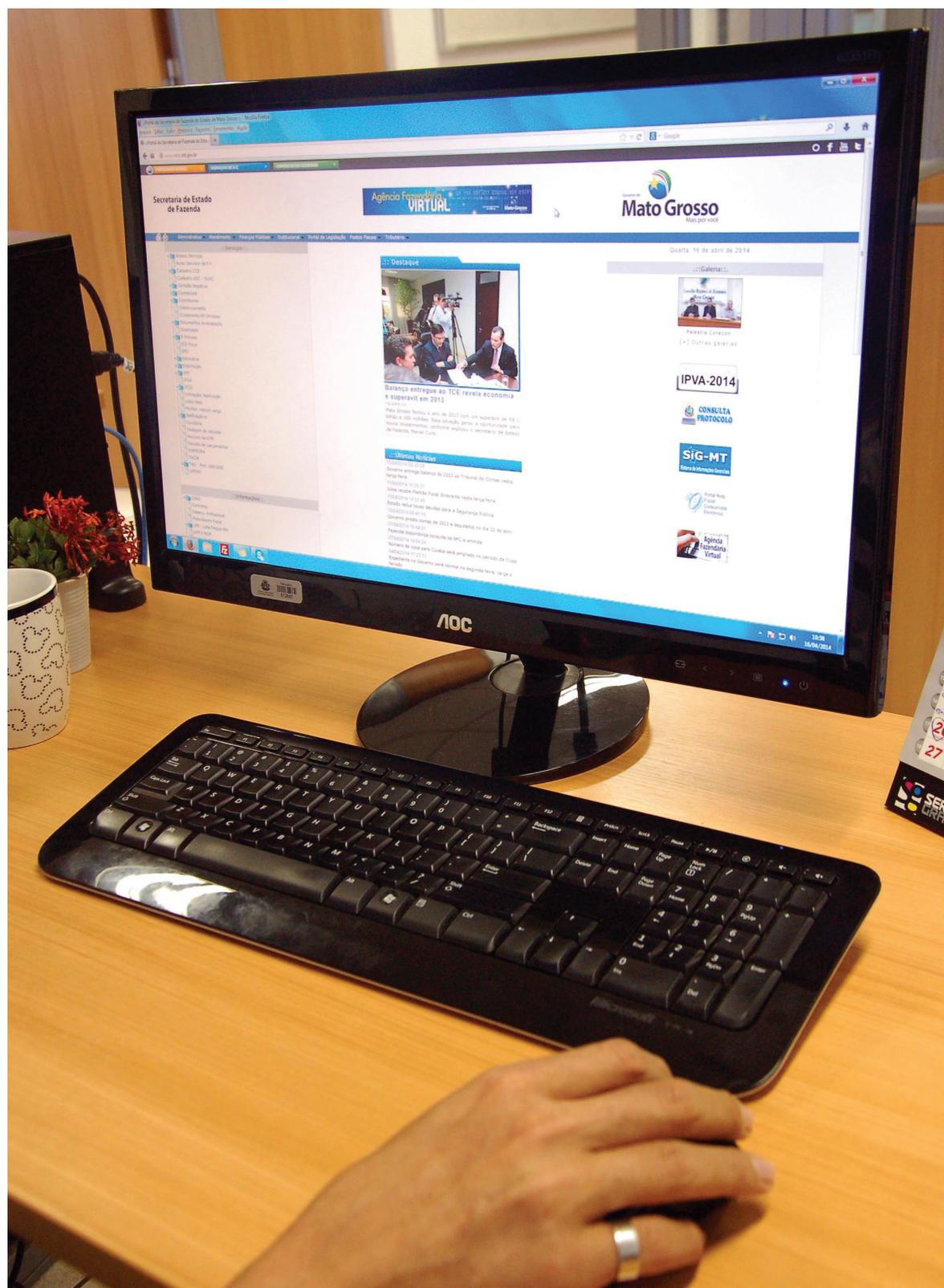
José Luis Laranja

As lideranças partidárias da Assembleia Legislativa assinaram um projeto de lei, que, se aprovado e sancionado, promoverá a re-prestinação do artigo 4º da Lei nº 9661/2011, que dispõe sobre a transação judicial e administrativa entre o Estado de Mato Grosso e os Agentes da Administração Fazendária (AAF).

A re-prestinação ocorre quando uma lei é revogada por outra e posteriormente a própria norma revogadora é revogada por uma terceira lei. A proposta autoriza o Poder Executivo a transacionar judicial e administrativamente entre o Estado de Mato Grosso e os integrantes da carreira de AAF, referente aos reajustes e benefícios previstos na Lei 6.764, de 16 de abril de 1996.

De acordo com o artigo 2º, a transação judicial de que trata a lei será instrumentalizada por Termo de Adesão, firmado pelo agente, ou sucessor legal, com anuência do Sindicato dos Agentes de Administração Fazendária do Estado de Mato Grosso (Safemt), a ser protocolado junto à Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz). Outro ponto abordado no artigo é que a autorização para que o Estado de Mato Grosso junte o Termo de Adesão aos Autos Judiciais, bem como aos consectários, requerendo a homologação judicial para que produza todos os efeitos jurídicos e legais.

Também ficou definido que os agentes fazendários, ativos, aposentados e pensionistas, que aderirem ao acordo, firmando o Termo de Adesão, serão enquadrados imediatamente, de acordo com a titularização e tempo de serviço, nas tabelas de subsídios definidos na lei.



Escola de Rondonópolis é homenageada na AL por deputado



Foto - Maurício Barbant

Adriane Rangel

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Hermínio J Barreto (PR), apresentou Moção de Aplauso à Escola Estadual La Salle, de Rondonópolis, que comemora este ano 50 anos de existência naquele município.

A homenagem é estendida aos diretores Alex Frisselli de Oliveira Mota, Suzi Meire Paim, Soraida Gomes de Castro e Maria Odete dos Santos Souza, aos professores, em nome de Elvira Paula Silva, e também aos pais e alunos.

“É uma justa homenagem que fazemos com a entrega da moção a todos os profissionais que atuam nessa instituição de ensino. Com certeza, nessa trajetória muitas pessoas contribuíram para que os serviços educacionais prestados fossem de qualidade ímpar. Os

trabalhos desenvolvidos na escola são sempre pautados pela seriedade e com o compromisso de excelente educação, promovendo assim a formação intelectual dos alunos”, destacou Barreto.

O parlamentar explicou que nos últimos anos a Escola Estadual La Salle tem sido motivo de grande orgulho para o Estado, ficando sempre entre as primeiras de ensino público, com grande aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). “Isso só confirma a qualidade de ensino e a vocação para transformar vidas”, salientou.

Conforme a justificativa, inúmeros profissionais, pessoas de grande destaque no em Mato Grosso, foram alunos da escola. A instituição iniciou as atividades no dia 1º de março de 1963, com a denominação de “Ginásio La Salle”. Isso ocorreu após o Bispo Dom Wuni-

baldo Talleur ter manifestado, no dia cinco de março de 1959, sua admiração pelas obras educacionais da Congregação, solicitando aos irmãos que fosse criada uma unidade Lassalista nessa prelazia. Para tanto, ofereceu assistência religiosa e o terreno para a construção do educandário.

Em 1974, a escola obteve convênio com o Estado de Mato Grosso, primeiro com as séries iniciais da 1ª a 4ª ficando definido no acordo de parceria que a direção seria de responsabilidade da província. Após a estadualização, a escola fica com a denominação “Escola de 1º e 2º Graus La Salle” em homenagem ao patrono dos educadores, São João Batista de La Salle. A partir de 1997 foi acrescido o termo “estadual”, e assim como “Escola Estadual La Salle” atende aproximadamente 850 alunos do ensino fundamental e médio.

Rezende cobra conclusão de novo linha para atender ROO



Foto - Widson Maradona

O fornecimento de energia elétrica suficiente para atender o crescimento econômico e populacional de Rondonópolis, 218 Km de Cuiabá, tem sido uma das preocupações do deputado Sebastião Rezende (PR). Hoje, o município conta com dois Linhões de Transmissão de Energia Elétrica que abastecem à Subestação da Eletronorte e a Subestação da Vila Aurora. Um terceiro linha, em construção para atender a subestação localizada acima da empresa Bunge, está com obras paralisadas.

Sebastião Rezende explicou que vem trabalhando para a consolidação desse terceiro linha, que aumentará a oferta de energia elétrica para a região Salmen e distritos industriais da cidade, que recebem cada vez

mais empreendimentos. Contudo, o parlamentar alerta sobre a necessidade de viabilizar, o mais rápido possível, esse novo linha diante do risco de Rondonópolis não poder atender novos empreendimentos, ou de haver um colapso no sistema.

Nessa situação, Rezende esteve em reunião, na semana passada, com o diretor da concessionária de energia elétrica do Estado - Rede Cemat questionando o motivo da paralisação do linha rumo à subestação acima da Bunge. A empresa disse ter cobrado há mais de seis meses uma posição do Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit) para resolver a pendência existente, mas não recebeu resposta.

O parlamentar informa que o linha está a

300 metros de chegar à subestação, dependendo da autorização do Dnit para concluir o projeto, uma vez que a instalação de parte dos postes deve ser feita em área de domínio da Rodovia BR 364.

O parlamentar, em sessão na Assembleia Legislativa, cobrou, mais uma vez, uma posição do Dnit acerca da liberação da autorização do avanço do linha sobre a área de domínio da rodovia.

Diante da ameaça de prejuízos para a economia do município, Rezende externa que pretende continuar acompanhando e cobrando o destravamento dos impedimentos para conclusão desse novo linha para abastecer mais essa importante região.

Riva diz que os municípios não precisam de esmola

Kleverson Souza

“Os municípios brasileiros não precisam de esmola e sim de ações, com a aprovação de uma ampla reforma no Congresso Nacional que tem sido omissivo. Vamos promover uma grande mobilização em Brasília (DF), com cinquenta mil vereadores e cobrar a revisão do pacto federativo com a redistribuição dos recursos”. A cobrança é do deputado José Riva (PSD), que destacou a atitude da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) de mobilizar os prefeitos para o fechamento das prefeituras na sexta-feira, 11 de abril, em protesto contra a crise financeira dos municípios.

Segundo Riva, o Congresso Nacional não mensurou a importância da aprovação das reformas para fortalecer os municípios. “Com todo o respeito, na situação em que os municípios estão daqui a pouco não irão paralisar por um dia, e sim para sempre. O Congresso precisa acordar”, criticou o deputado.

Como solução para fortalecer os municípios, o parlamentar reafirmou a necessidade de revisão do pacto federativo, com a redistribuição dos recursos. Para Riva, 45% dos impostos, taxas e tributos pagos pelo contribuinte deveriam ser destinados aos cofres do Governo Federal, 30% para os Estados e 25% para os municípios, ao invés de 60% (União), 25% (Estados) e 15% (municípios), respectivamente, como é feito atualmente.

“Não tem discurso no mundo e ação que resolva o problema dos municípios, a não ser aumentar a fatia do bolo tributário às cidades. Não adianta dizer que vai alocar

emenda, que é fria, pois a maior parte não é liberada. A União fica com 60% do bolo e os municípios de ‘pires na mão’, cada um querendo um pedaço. Isso é um desrespeito com o cidadão, que vive, trabalha e paga seus impostos no município e ali precisa ser atendido. Por isso a União precisa abrir mão de 15% e fortalecer os Estados e municípios. Talvez o Congresso Nacional não queira fazer a revisão para que os municípios sejam reféns a vida inteira”, questiona Riva.

O deputado afirma que o Congresso Nacional precisa priorizar o interesse dos municípios no contexto da federação. “Sou a favor que as prefeituras parem por um mês. Tá certo que a sociedade não pode ser penalizada nos serviços essenciais, mas dessa forma talvez a União comece a enxergar que os municípios são os entes mais importantes da federação, que esse pacto federativo rachado, trincado, quebrado e esfacelado precisa ser revisto”, disse Riva, ao lembrar do livro de própria autoria que critica o sistema tributário brasileiro, publicado em 2002.

Mobilização – Organizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com o apoio das entidades estaduais, a AMM mobiliza a paralisação das prefeituras na campanha ‘Viva o seu Município’. De acordo com o presidente da entidade, Valdecir Luiz Colle, os gestores municipais irão explicar os motivos da suspensão temporária que visa resgatar a autonomia financeira dos municípios. Todas as pautas de reivindicações municipalistas serão levadas à XVII Marcha a Brasília, que será realizada de 12 a 15 de maio e contará com a participação de prefeitos de

todo o país. “Talvez a XVII Marcha seja essa oportunidade, mas não adianta levar cinco mil prefeitos à Brasília. Temos que levar também os cinquenta mil vereadores, que são agentes políticos que sofrem na carne, buscando soluções na saúde e infraestrutura. Se os municípios tiverem recursos, não irão correr atrás do estado cobrando ambulância que é paliativo. Precisamos é de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) no interior”, assinalou Colle.

Para Riva, é preciso dizer aos deputados federais e senadores que se não mudarem a realidade dos municípios, 100% do Congresso Nacional serão renovados. “Quem elege o Congresso Nacional é o vereador, prefeito, deputado estadual, presidente de associação. Tá certo que não podemos penalizar todos, pois há políticos conscientes lá (no Congresso Nacional), mas é hora de fazer uma grande mobilização para que tomem a atitude de implementar essa reforma para fortalecer os municípios”, cobrou o deputado.

O parlamentar ainda disse que o Congresso Nacional precisa ter a atitude que a Assembleia Legislativa teve ao destinar 50% dos recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab) para as cidades a partir de 2015. De autoria de Riva, o projeto foi aprovado no ano passado e cerca de R\$ 500 milhões serão repassados diretamente para a infraestrutura dos municípios. “Os municípios não precisam de favor e sim de atitudes como esta Casa de Leis teve em relação ao Fethab”, finalizou.



Proposta de Marinho incentiva adoção tardia



Foto - Maurício Barbant

O projeto de lei complementar do deputado Luiz Marinho (PTB), apresentado na Assembleia Legislativa, tem como objetivo adaptar a Lei Complementar 04, de 15 de outubro de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Estaduais à nova Lei Nacional da Adoção (12.010/09), e tornar igual a duração da licença-maternidade da mãe adotante com a da mãe biológica, sem restrições quanto à idade do filho.

Após enfrentar todo o processo de adoção, finalmente a criança vai para casa. E, então, uma nova vida cheia de desafios surge com direito a uma família, amigos e escola diferentes. Apesar disso, a criança, de acordo com nosso estatuto, de apenas um mês, e em alguns casos de adoção tardia, nem tem tempo para conhecer o novo lar.

O Senado já aprovou o Projeto de Lei 7761,

de 2010, que garante quatro meses de salário maternidade à mãe que adotar uma criança, independentemente da idade. A proposta altera a

Lei de Benefícios da Previdência Social (8.213, de 1990). “Nada melhor e mais correto do que adequar nosso estatuto à essas leis federais, principalmente para incentivar a adoção tardia, em que os pais e o adotado têm tempo para prepararem-se à uma nova convivência familiar”, explica o parlamentar.

Em um processo de adoção, como diz a psicóloga Lídia Weber, pós-doutora em Desenvolvimento Familiar, com 12 livros publicados, entre eles “Adote com carinho: um manual de aspectos essenciais da adoção”, a conquista faz todo o sentido para as famílias que adotam crianças mais velhas. Pelo fato de já entenderem o que aconteceu, têm mais receio de serem abandonadas nova-

mente e podem demonstrar esse medo por meio de regressão, como voltar a fazer xixi na cama, ou até com comportamento violento. É como se estivessem testando os novos pais inconscientemente, necessitando, para tanto, da mesma atenção dada a um filho biológico.

O Art. 235 do Projeto de Lei Complementar estabelece que ao servidor público que adotar ou obtiver guarda judicial de crianças e adolescentes serão concedidos 120 dias de licença remunerada para ajustamento do adotado ao novo lar, independente da idade da criança ou do adolescente.”

Decorrido o prazo da licença, a(o) servidora(o) deverá apresentar ao órgão competente, certidão judicial, atestando a permanência da adoção, ou da guarda no período correspondente, sob pena de incorrer nas sanções previstas no Art. 154, I e III”.